

Participação e cidadania criativa: O trabalho com os estudantes a partir de uma escola básica e secundária

Participation and creative citizenship: The work with students from a basic and secondary school

Inês Sousa¹, Elisabete Ferreira²

¹*Estudante de Mestrado, FPCEUP (Portugal),* ²*Professora Auxiliar FPCEUP (Portugal)*

Ines_sousa14@hotmail.com, elisabete@fpce.up.pt

Resumo

A comunicação apresentada no «III Congresso Internacional Envolvimento dos alunos na Escola: Perspetivas da Psicologia e Educação» incide no estágio desenvolvido na direção de um agrupamento de escolas público, no âmbito do Mestrado em Ciências da Educação, no domínio de Administração Gestão e Implementação de Lideranças, da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Numa altura em que estão a decorrer processos de autonomia e flexibilidade curricular nas escolas (DL55/18); se pede outra abordagem mais inclusiva (DL54/18); se apela à operacionalização do perfil de aluno com diversas competências (Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória, 2017) e de uma cidadania ativa (Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania, 2017) considera-se que não se pode responder a estes desafios sem a participação, o envolvimento e autonomia dos estudantes/jovens numa dinâmica que intitulamos de *cidadania criativa*.

A intervenção durante o tempo de estágio teve como principais objetivos: perceber as formas de participação dos/as jovens na escola e construir oportunidades de tomada de decisão dos/as alunos/as, a partir das direções escolares, para que haja de facto influência no que é decidido, promovendo a influência juvenil nas decisões políticas; o desenvolvimento de uma conceção de *cidadania criativa*, pela responsabilização e autonomia dos/as alunos/as; e a profissionalização das Ciências da Educação nas direções escolares, em assessoria, colaboração e mediação das relações/poderes, segundo as necessidades da comunidade educativa.

Neste sentido, enquadrada no paradigma fenomenológico-interpretativo, esta intervenção centra-se no modo como as realidades da escola podem ser interpretadas e experienciadas, compreendendo os significados construídos, a partir da observação participante (Amado, 2013,

p.43). Esta permanente observação e auscultação da comunidade escolar possibilitou a organização de espaços e tempos para os/as estudantes discutirem sobre a sua participação na escola, entre todo o trabalho com a Associação de Estudantes, assembleias de alunos, reuniões de delegados e subdelegados, sessões/workshops sobre os direitos/deveres dos/as estudantes e participação no orçamento participativo. Percebe-se agora um novo questionamento dos/as estudantes, sobre os seus lugares enquanto cidadãos de pleno direito e responsabilidade, mas reconhece-se também a necessidade de uma contínua promoção da emancipação e coresponsabilização dos/as jovens e órgãos de gestão e administração na escola, procurando-se a consolidação de espaços/olhares mais justos e democráticos.

Palavras-chave: Gestão Escolar, Participação dos Estudantes, Cidadania Criativa.

Summary

The communication presented at the III International Congress Students' Engagement in School: Perspectives of Psychology and Education focuses on the internship developed in the direction of a public school, within the scope of the Masters in Educational Sciences, in the specific topic of Management and Implementation of Leadership, of the Faculty of Psychology and Educational Sciences of the University of Porto. At a time when processes of autonomy and curricular flexibility in schools are taking place (DL55 / 18); a more inclusive approach (DL54 / 18); the operationalization of the students profile with several competences (Profile of students leaving compulsory schooling, 2017); and a active citizenship (National Strategy for Citizenship Education, 2017), it is considered that these challenges can't be answer without the participation, involvement and autonomy of the students in a dynamic that we call *creative citizenship*.

The intervention during the internship period had as main objectives: to understand the forms of participation of the young people in the school and to construct opportunities of decision making of the students, from the directions of school, so it has influence in what is decided, promoting students influence in political decisions; the development of a conception of *creative citizenship*, for the accountability and autonomy of the students; and the professionalization of educational sciences in school directions, in advisory, collaboration and mediation of relations/powers, according to the needs of the educational community.

In this sense, framed in the phenomenological-interpretative paradigm, this intervention focuses on how the realities of the school can be interpreted and experienced, understanding the constructed meanings, from participant observation (Amado, 2013, p.43). This permanent observation and auscultation of the school community made it possible to organize spaces and times for students to discuss their participation in school, among all the work with the Student Association, student assemblies, meetings of delegates and subdelegates, sessions/workshops about the rights/duties of students and participation in participatory budgeting. There is now a new questioning of the students, their places as full citizens and responsibility, but also recognizes

the need for a continuous promotion of the emancipation and responsibility of young people and management and administration in the school, looking for the consolidation of fairer and more democratic spaces/perspectives.

Key words: School Management, Student Participation, Creative Citizenship.

1. Introdução

No presente artigo pretende-se demonstrar algumas práticas e perceções a partir do estágio desenvolvido no âmbito do Mestrado em Ciências da Educação, na direção de um agrupamento de escolas, em permanente diálogo com os/as estudantes. As possibilidades de observação e auscultação junto de toda a comunidade educativa, que a direção permitiu e sempre potenciou, conduziu à perceção de que os/as jovens não estavam a participar na escola, nomeadamente, no que diz respeito a ideias e soluções propostas face aos problemas identificados e nas decisões que são tomadas internamente. Neste sentido, o trabalho de intervenção centrou-se num trabalho de mediação do diálogo e trabalho conjunto entre os/as estudantes e os órgãos de gestão e administração, de forma a construir-se diferentes tempos e espaços para que todos/as possam participar na tomada de decisão, desenvolver projetos e novos modos de associação, criar programas e respostas inovadoras e criativas.

Assim, na primeira parte deste artigo, “Possibilidades e Desafios de Participação Escolar Juvenil”, analisam-se três documentos legais recentes, o Decreto-Lei n.º 55/2018, o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (2017) e a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (2017), no que diz respeito às referências quanto à participação e envolvimento dos/as alunos/as nas decisões e políticas escolares. Esta sintetização dos normativos legais é importante para uma reflexão aprofundada e fundamentada quanto aos desafios que têm sido lançados às escolas e às formas como cada uma responde e se adapta aos normativos definidos centralmente.

Depois de uma primeira parte de enquadramento político-educativo, o segundo momento centra-se em alguns dos discursos dos/as estudantes e dos/as professores e direção, enquanto justificação da pertinência da construção de novos e diferentes “Tempos e Espaços de Participação dos/as Estudantes”, abordando-se as diferentes dinâmicas possibilitadas dentro deste contexto escolar, para que os/as estudantes pudessem discutir, participar e dialogar entre si, com o objetivo final de desenvolverem capacidades para reclamarem lugares e espaços de participação, representação, associação e construção de si mesmos e de um grupo de colaboração discente.

No último momento deste artigo, “LAPE: a Construção de uma *Cidadania Criativa*”, demonstra-se uma possibilidade para o agrupamento de escolas onde se desenvolveu o estágio e outras escolas

que se preocupam com as questões de participação discente, propondo-se assim a criação de um Laboratório de Ação Pedagógica e Educativa (Proposta Sousa e Ferreira, 2018), enquanto estrutura de mediação e participação dos/as jovens nos diferentes órgãos de gestão e administração, que se constrói como um espaço que promove o diálogo, a articulação e o trabalho conjunto entre os diferentes atores educativos.

Esta comunicação e apresentação do trabalho desenvolvido durante o tempo de estágio permite uma reflexão sobre a intervenção e sobre as possibilidades e necessidades de trabalho de intervenção que ainda há a fazer, ao mesmo tempo que se percebem outras realidades e outras respostas implementadas, a partir dos diferentes trabalhos apresentados no III Congresso Internacional Envolvimento dos alunos na Escola: Perspetivas da Psicologia e Educação.

2. Possibilidades e desafios de participação escolar juvenil

A partir dos normativos legais atuais, que surgem enquanto possibilidades e desafios para as escolas organizarem as suas dinâmicas, rotinas e práticas diárias, é importante relevar os principais aspetos que se relacionam com o tema da participação e envolvimento dos/as estudantes nas decisões escolares.

Começando pela análise e reflexão do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória é importante referir que sendo este um quadro de referência que não pretende impor um modelo único, define alguns pressupostos no que respeita à liberdade, responsabilidade, valorização do trabalho, consciência de si próprio, inserção familiar, comunitária e participação social (PASEO, 2017), sendo que estas formas de estar/ser e competências a desenvolver nos/as alunos/as são de facto importantes para “formar pessoas autónomas e responsáveis e cidadãos ativos” (PASEO, 2017, p.5).

Neste sentido, reconhece-se que o papel da escola passa por garantir o acesso de todos/as os/as estudantes às aprendizagens e à sua participação no seu processo de formação, o que requer uma ação educativa mais coerente e flexível (PASEO, 2017). Ou seja, se os/as professores/as se referem a práticas democráticas e a cidadãos com plenos direitos, mas na escola não se garantem políticas participativas, culturas democráticas e respeito absoluto pelos direitos dos/as seus/as estudantes não há práticas coerentes quanto ao que é dito e ao que é efetivamente praticado. Este perfil dos alunos assume assim a necessidade dos/as alunos/as desenvolverem ideias e projetos criativos que lhes façam sentido, a partir da sua imaginação, inovação e criatividade, saindo fora da caixa e pensando além do conhecimento já existente (PASEO, 2017, p.24)

A partir destas formas mais flexíveis, participativas e criativas, considera-se que os/as estudantes serão “capazes de expressar as suas necessidades e de procurar as ajudas e apoios mais eficazes para alcançarem os seus objetivos” (PASEO, 2017, p.26), ao mesmo tempo que desenvolvem valores e atitudes ao nível da confiança, resiliência e persistência, “construindo caminhos personalizados de aprendizagem” (PASEO, 2017, p.26).

Estes pontos relevados do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (2017) estão ligados a aspetos referidos na Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania, uma vez que em ambos os documentos se considera importante a participação dos/as estudantes nos assuntos e decisões escolares como forma de desenvolvimento de cidadãos mais ativos e informados, considerando-se que a formação de cidadãos não se cinge ao desenvolvimento de competências e valores para compreender o mundo que nos rodeia, mas é também importante para a procura de soluções que contribuem para um desenvolvimento mais sustentável e inclusivo (ENEC, 2017).

Nesta ENEC considera-se que as práticas de cidadania devem estar embutidas na própria cultura de escola, numa lógica de participação e de corresponsabilização (ENEC, 2017), que vai de encontro à reflexão anterior no Perfil dos Alunos, quando se referem à necessidade de práticas coerentes na escola. Assim, é importante relevar que nesta estratégia nacional se considera que “Aprender a tomar decisões informadas é aprender a exercer uma cidadania democrática” (ENEC, 2017, p.3), a partir de práticas quotidianas com valores e princípios de cidadania, num clima aberto e livre para a discussão ativa das decisões que afetam a vida de toda a comunidade educativa (ENEC, 2017).

Estes dois documentos, que idealizam um perfil de aluno/a e uma política de cidadania mais ativa nas escolas, podem ser considerados guias de atuação e desafios à gestão das práticas quotidianas das próprias escolas, que foram sintetizados e organizados no Decreto-Lei n.º 55/2018, que estabelece o currículo dos ensinos básico e secundário e os princípios orientadores da avaliação das aprendizagens. Deste decreto-lei destacam-se as referências quanto à importância do envolvimento dos/as alunos/as e do seu papel enquanto autores, numa intervenção cívica que privilegia a livre iniciativa, autonomia, responsabilidade e respeito pela diversidade humana e cultural (Artigo 21.º, DL 55/18). O desenvolvimento destas competências e capacidades é possível se forem definidos procedimentos de auscultação e participação dos/as alunos/as nos seus processos de aprendizagem e avaliação (Artigo 18.º, DL 55/18).

d) O exercício da cidadania ativa, de participação social, em contextos de partilha e de colaboração e de confronto de ideias sobre matérias da atualidade; e) A implementação do trabalho de projeto como dinâmica centrada no papel dos alunos enquanto autores, proporcionando aprendizagens significativas. (Artigo 19.º, DL 55/18)

Neste sentido, releva-se o papel dos/as jovens enquanto importantes agentes educativos participativos, mas é importante destacar também o papel dos/as professores/as e dos órgãos de gestão e administração, como é exemplo, a direção, que tem de pensar o dia a dia na escola numa “lógica de coautoria curricular e de responsabilidade partilhada” (Artigo 4.º, DL 55/18), criando-se oportunidades para que os/as estudantes desenvolvam competências que lhes permitam questionar os saberes previamente estabelecidos, integrando novos conhecimentos e perspetivas emergentes, comunicando de forma eficaz com os seus pares e encontrando (re)soluções para problemas complexos do dia a dia (DL 55/18).

3. tempos e espaços de participação dos/as estudantes

Depois da sintetização dos aspetos que se consideram mais relevantes de entre estes documentos legais, o foco desloca-se das políticas educativas e dos decretos que desafiam todos os dias da escola, para um “envolvimento próximo à realidade vivida pela população [que] melhor informa e qualifica as decisões sobre os assuntos que lhe digam respeito mais diretamente.” (Moraes, 2018, p.68). Neste sentido, importa referir que a intervenção neste contexto de estágio se centrou em momentos de observação de práticas e formas de atuação e auscultação dos atores/autores educativos, tentando-se perceber como toda a escola funciona, como os/as professores/as, alunos/as e funcionários/as interagem dentro desta, enquanto espaço dinâmico, numa postura que privilegiou o observar e o ouvir.

(...) tu privilegiaste uma forma de estar que eu acho que é absolutamente essencial, ou seja, privilegiaste muito mais o ouvir, o estar presente nas situações, o vivenciar as situações, do que propriamente grandes conversas, ou grandes teorias à cerca do que quer que seja. (...) acho que a tua participação foi fundamental, até porque depois, nos momentos em que tiveste oportunidade para te pronunciarestes, quer no dia da reunião, quer noutras alturas, quer na participação efetiva que tiveste na execução de algumas atividades da responsabilidade da direção executiva, isso foi consequente, ou seja, o que eu vi foi uma vontade de participares e de te assumires como mais uma na equipa e eu considero isso muito positivo...muito positivo (...)
(Entrevista Diretor – 7/11/18)

A partir desta participação e trabalho na direção do agrupamento, foi possível perceber as suas principais preocupações no que diz respeito à qualidade do sucesso, sabendo-se que “(...) Se quase não há insucesso é preciso pensar a qualidade do sucesso, a qualidade das aprendizagens, as competências desenvolvidas nos processos de aprendizagem...” (NT – 23/11); e à pouca participação dos/as estudantes nos assuntos escolares que lhes dizem diretamente respeito.

“Em termos de percentagem, 42% dos alunos da escola foram votar. Ou seja, nem metade dos alunos foram votar e aqui colocam-se as questões da participação. Não há interesse em participar? Não há conhecimento das eleições? Não sabiam quando era? Não sabiam sobre o que era? Pouca divulgação da lista ou das eleições? O Professor (...) ficou preocupado com estas questões e achou que tinha de ser trabalhado nas aulas, de cidadania e desenvolvimento.” (NT, 16/11)

Com base nestas problemáticas e pensando uma ação que tem sempre em conta as necessidades, problemas e recursos do contexto e dos atores que o vivem, seguindo-se a perspetiva de que “(...) as necessidades da população é que devem indicar os caminhos para a prática (...)” (Menezes, 2007, p.69), pensou-se a organização de novos tempos e espaços para os/as alunos participarem de facto, dialogando, discutindo, propondo (re)soluções e corresponsabilizando-se pelas suas decisões e modos de atuação. Neste sentido, considera-se que a mediação da ação e comunicação entre os/as estudantes e os órgãos de gestão e administração, quem habitualmente toma as decisões, permitirá promover e potenciar a participação dos/as jovens na tomada de decisões, ao mesmo tempo que desenvolvem competências de debate, argumentação, resolução criativa de problemas/conflitos, entre várias outras que são referidas como essenciais no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (2017).

Neste sentido, sentiu-se a necessidade e importância de organizar mais reuniões de delegados e subdelegados, enquanto representantes dos/as alunos/as de cada turma, de forma a poderem propor, debater, discordar e chegar a acordo, tendo de se responsabilizar pelas decisões tomadas no final. Todo o trabalho de reunião, discussão e cooperação com a Associação de Estudantes foi também importante, por ser um órgão representativo de todos/as os/as estudantes, com possibilidade e facilidade em comunicar diretamente com a direção da escola, propondo atividades, apontando problemas e apresentando (re)soluções. A promoção da participação no orçamento participativo das escolas foi também importante para que os/as estudantes sentissem que têm poder para escolher e decidir, cabendo a cada um deles pensar sobre a sua escola e os defeitos/problemas sentidos, refletir sobre possibilidades de remodelar algum espaço e, a partir da formalização de propostas, ganhar de forma justa e democrática.

Estes foram alguns dos primeiros passos que foram possíveis durante o tempo de estágio, considerando-se que não existem políticas e hábitos de participação ativa e cívica dos/as estudantes, o que é diretamente afirmado pelos/as docentes que fazem parte da direção do agrupamento:

“os nossos alunos não estão habituados a argumentar (...) E acho que esse é um trabalho que nós ainda não fizemos e eu acho importante fazer” (Entrevista Diretor, 7/11)

“Vai ser difícil, vai ser uma luta porque eles não estão habituados” (Professor, NT: 03/01/19)

“(...) nós somos como aqueles pais que super protegem os filhos, ficam aqui na escola durante muito tempo e ficam um bocado fechados a essas questões” (Professor, NT: 10/01/19)

“Mas se fizéssemos um encontro com eles para falar sobre os resultados ou outra coisa qualquer, quarta às 17h45 íamos ver quem vinha. Eu até gostava de fazer para ver de facto qual é a adesão, participação.” (Vice-diretor, NT: 10/01/19)

E também pelos/as próprios/as estudantes:

aquilo que o diretor estava a dizer sobre a participação no conselho geral nós não sabíamos. Só sabe quem lá está (Estudante, NT: 31/01/19)

Só quem está com o cargo [do conselho geral] agora é que sabe que existe, porque ninguém da escola sabe disso (Estudante, NT: 20/03/19)

(...) isso não é estimulado pelos professores e por isso os alunos não se interessam minimamente (Estudante – NT: 14/02/19)

Não vai haver muita adesão das pessoas, porque não há interesse nesses temas (Estudante – NT: 14/02/19)

Nesta escola são propostas poucas assembleias de alunos, talvez pelos alunos não comparecerem ou pelos alunos não demonstrarem importância nos problemas da escola. (Grupo de alunos/as no Workshop de Ideias – NT: 20/03/19)

Considerando-se estes discursos dos/as professores/as e dos/as estudantes foi essencial organizar momentos de formação, abertos a toda a comunidade, para informar sobre os direitos e deveres do/a aluno/a, as oportunidades de participação que têm. Estes *Workshops de Ideias* tornaram-se momentos de reflexão conjunta, em que os/as estudantes puderam expor as suas dificuldades em participar e o seu desconhecimento e os/as professores/as e direção perceberam que esta falta de participação e interesse dos/as alunos/as é uma fragilidade e tem de haver mais trabalho neste sentido.

4. Em torno de uma cidadania criativa

No ponto anterior tentou-se enunciar e descrever as diferentes atividades concretizadas durante o tempo de intervenção neste agrupamento de escolas, justificadas a partir dos discursos de estudantes, professores e direção, de forma a demonstrar-se a necessidade dos/as estudantes participarem mais nas escolas, estarem presentes em diferentes momentos de decisões e influenciarem efetivamente o que é decidido no contexto escolar/educativo.

Num estudo desenvolvido na década de 90 do Séc.XX Ferreira (2007a; 2013) refere dados empíricos de escuta dos jovens na escola sobre questões de desenvolvimento da autonomia das escolas e da participação dos/as alunos/as nos órgãos de gestão, em que estes/as jovens afirmam que reina a hipocrisia (Ferreira, 2007a, p.74), porque apenas se cumprem as formalidades legais do projeto, quando na realidade não sentem que tomaram posse nos órgãos onde deveriam participar, “(...) o sentimento dos jovens era de que as suas opiniões não seriam consideradas nem valorizadas; eles ocupavam os lugares ou eram escutados só porque a lei assim o exigia e daí o sentimento de hipocrisia.” (Ferreira, 2007b, p.356).

Neste sentido, com base nos discursos enunciados, nas atividades e dinâmicas desenvolvidas no estágio, nas mudanças percebidas e nas perspetivas teóricas que já estudaram e investigaram estas questões é importante referir quais as principais reflexões, a partir da intervenção na escola, tendo em conta que o foco foi a possibilidade de assessoria à direção e a participação dos estudantes na tomada de decisão (Sousa & Ferreira, 2019).

Following an interactive epistemology (Correia, 2018) in the course of this work we imagine a conceptualization and implementation of the Pedagogic and Educational Action Lab which senses are built with educational sciences specialists and as a innovative practice in development according to the directions from the respective schools. (In Ferreira, Sousa, Mendes & Almeida, 2019).

A criação e implementação deste primeiro Laboratório de Ação Pedagógica e Educativa (LAPE) (Proposta Sousa & Ferreira, 2018) concretiza-se numa estrutura coordenada e monitorizada por técnicos superiores de educação, que conseguem desenvolver um trabalho educativo em contexto escolar que privilegia as dimensões de ensino, aprendizagem e democracia. Trata-se de incentivar o envolvimento e a participação dos/as jovens estudantes no quotidiano escolar, nomeadamente, na sua relação com os órgãos de gestão e administração, exercitando os seus poderes de influência na tomada de decisão e experimentando-se no exercício de co-responsabilização democrática.

Esta nova estrutura, que servirá de medi(ação) educativa, é importante enquanto prática escolar que tem em conta a participação dos/as estudantes nos assuntos e decisões escolares, mais do que a presença em reuniões e conhecimento sobre as decisões finais. É importante reconhecer o poder discente de influenciar decisões, com opiniões fundamentadas e com sentido, uma vez que servirá de pouco instituir um conselho representativo de alunos/as, se este apenas participar em discussões sobre “bicicletas ou sobre o fumo no estabelecimento” (Perrenoud, 2005, p.13), enquanto “o essencial da ação pedagógica não é negociável?” (ibidem, p.14).

Neste sentido, pensa-se o conceito de *Cidadania Criativa* (Sousa & Ferreira, 2019; Sousa & Ferreira, 2019a; Sousa & Ferreira, 2019b; Sousa & Ferreira, 2019c; Ferreira, Sousa, Mendes & Almeida, 2019b), em que se vai construindo e promovendo capacidades pessoais e sociais de uma forma ativa, como um produto-em-processo (Menezes, 2005), com condições para que cada jovem compreenda o seu papel enquanto indivíduo pertencente a uma sociedade, que é simultaneamente local e global (Beltrão & Nascimento, 2000). O desenvolvimento de uma *Cidadania Criativa*, enquanto cidadania-em-ação (Menezes, 2007), é possível se os/as estudantes sentirem a eficácia de intervirem nos problemas da escola e tiverem a efetiva oportunidade de expressar os seus pontos de vista (Menezes, Afonso, Gião & Amaro, 2005).

5. Considerações finais

Neste texto procurou-se sintetizar as referências à participação discente nos normativos legais mais recentes; descrever o trabalho desenvolvido no tempo de estágio e as principais interpretações do discurso de estudantes e professores; apresentar a possibilidade de construção do LAPE nas escolas, enquanto estrutura de mediação das relações e dos poderes, criando-se espaço de auscultação e participação dos diferentes atores de toda a comunidade educativa, com vista ao desenvolvimento de uma *Cidadania Criativa* (Sousa & Ferreira, 2019; Sousa & Ferreira, 2019a; Sousa & Ferreira, 2019b; Sousa & Ferreira, 2019c; Ferreira, Sousa, Mendes & Almeida, 2019b).

Neste sentido, a partir das interpretações e reflexões construídas no decorrer deste congresso e das diversas perspetivas teóricas ouvidas, considera-se importante destacar a apresentação de Isabel Menezes, no terceiro dia de congresso, em que se referiu a um projeto/estudo que está a ser desenvolvido a nível europeu quanto ao tema da cidadania europeia dos jovens (Catch-EyoU), perspetivando a escola como espaço para aprender a participar na construção de regras coletivas, a lidar com as suas consequências e, inclusive, a denunciá-las como injustas (Menezes, et al, 2019).

Referências bibliográficas

- Amado, João** (2013) *Manual de Investigação Qualitativa em Educação*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Beltrão, Luísa & Nascimento, Helena** (2000). *O Desafio da Cidadania na Escola*. Lisboa: Editorial Presença
- Correia, José Alberto** (2018). *Contributos para uma (re)introdução às Ciências da Educação*. In Congresso Ciências da Educação em Portugal: Saberes, Contextos de Intervenção e Profissionalidades. FPCEUP, 15 e 16 de novembro de 2018. Disponível em: https://sigarra.up.pt/fpceup/pt/noticias_geral.ver_noticia?p_nr=44217
- Decreto-Lei n.º 54/2018** de 6 de julho do Ministério da Educação. Diário da República: n.º 129/2018, Série I de 2018-07-06. Acedido a 10 setembro. 2018. Disponível em www.dre.pt
- Decreto-Lei n.º 55/2018** de 6 de julho do Ministério da Educação. Diário da República: n.º 129/2018, Série I de 2018-07-06. Acedido a 10 setembro. 2018. Disponível em www.dre.pt
- Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania**. Ministério da Educação. Acedido a 20 abril. 2018. Disponível em http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/Docs_referencia/estrategia_cidadania_original.pdf
- Ferreira, Elisabete** (2007a). A hipocrisia reina nas escolas: A propósito da autonomia e da tomada de posse dos jovens na escola. In Leite, Carlinda & Lopes, Amélia (Orgs.) *Escola, currículo e formação de identidades: Estudos investigativos* (pp.73-92). Porto: Asa.
- Ferreira, Elisabete** (2007b). *(D)Enunciar a Autonomia: Contributos para a Compreensão da Gênese e da Construção da Autonomia na Escola Secundária*. Tese de Doutoramento, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto, Portugal.
- Ferreira, Elisabete** (2013). As Experiências Juvenis no Governo da Escola: “Não abria a boca até porque há discussões que não têm sentido”. In Matos, Manuel (Coord.) *JOVALES: Jovens, Alunos, Ensino Secundário* (pp.177-186). Porto: CIEE/Livpsic.
- Ferreira, Elisabete; Sousa, Inês; Mendes, Ana & Almeida, Bruno** (2019). *Reflexões sobre a profissionalização em Ciências da Educação: estágios em direções de escola*. Poster apresentado no Encontro de Investigação Jovem da Universidade do Porto. Porto: Reitoria da Universidade do Porto.
- Menezes, Isabel; Afonso, Maria Rosa; Gião, Joana & Amaro, Gertrudes** (2005). *Conhecimentos, concepções e práticas de cidadania dos jovens portugueses*. Lisboa: Direção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular.
- Menezes, Isabel** (2005). De que falamos quando falamos de cidadania? In Carolina Carvalho; Florbela de Sousa & Joaquim Pintassilgo (Eds.) *A educação para a cidadania: como dimensão transversal do currículo escolar* (13-22). Porto: Porto Editora.
- Menezes, Isabel** (2007). *Intervenção Comunitária: Uma Perspetiva Psicológica*. Porto: Livpsic.
- Menezes, Isabel & Malafaia, Carla & Ribeiro, Norberto & Piedade, Filipe & Ferreira, Pedro** (2019). Reinventar a cidadania europeia dos jovens: As escolas como espaços de educação política.

- Moraes, Bianca Mota** (2018) *O dever da autonomia escolar e os (re)conhecimentos de gestão democrática na Escola da Ponte*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto.
- Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória.** Ministério da Educação/Direção-Geral da Educação (Despacho n.º 6478/2017, de 26 de julho). Acedido a 2 março. 2018. Disponível em http://dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Projeto_Autonomia_e_Flexibilidade/perfil_dos_alunos.pdf
- Perrenoud, Philippe** (2005). *Escola e Cidadania: o papel da escola na formação para a democracia*. (trad. Fátima Murad). Porto Alegre: Artmed.
- Sousa, Inês & Ferreira, Elisabete** (2019). *Cidadania Criativa: a Participação dos/as Estudantes na Tomada de Decisão Escola*. Forum Português de Administração Educacional. Disponível em: <http://www.fpae.pt/publication/cidadania-criativa-a-participacao-dos-as-estudantes-na-tomada-de-decisao-escolar/>
- Sousa, Inês & Ferreira, Elisabete** (2019a). *Participação e Cidadania Criativa: o trabalho com os estudantes a partir de uma escola Básica e Secundária*. Comunicação apresentada no II Seminário Internacional “Currículo, Avaliação, formação e Tecnologias educativas”, na FPCEUP, no eixo “Políticas e práticas da educação e do currículo”. Porto, 13 e 14 de junho.
- Sousa, Inês & Ferreira, Elisabete** (2019b). *Participação e Cidadania Criativa: o trabalho com os estudantes a partir de uma escola Básica e Secundária*. Resumo aceite para comunicação no IV Colóquio Cabo-Verdiano de Educação. Cruz Grande, Santa Catarina, Cabo-Verde, 3 e 4 de maio.
- Sousa, Inês & Ferreira, Elisabete** (2019c). *Participação e Cidadania Criativa: o trabalho com os estudantes a partir de uma escola Básica e Secundária*. Comunicação apresentada no III Congresso Internacional “Envolvimento dos Alunos na Escola: Perspetivas da psicologia e educação. IE-UL, 15 a 17 de julho.